

O Lazer na política de prevenção social à criminalidade de Minas Gerais: O Programa Fica Vivo!

Leisure in criminality social prevention politic of Minas Gerais: Program Fica Vivo!

SANTOS, S & YSAYAMA, H F. O Lazer na política de prevenção social à criminalidade de Minas Gerais: O Programa Fica Vivo!. **R. Bras. Ci. e Mov.** 2014; 22(1): 58-69

RESUMO: A Política de Prevenção Social à Criminalidade do Estado de Minas Gerais através do Programa Fica Vivo! oferece oficinas de esporte, cultura e lazer ao público jovem das regiões que apresentam indicadores elevados de homicídios na cidade de Belo Horizonte, Região Metropolitana e interior do estado. O lazer se faz presente nos documentos e por isso, buscamos analisar como o mesmo é trabalhado nos textos da política de prevenção social. Para tanto, utilizamos da pesquisa documental e como objeto de análise os documentos: Plano Estadual de Segurança Pública de Minas Gerais (2003), Metodologia do Programa Controle de Homicídios (Fica Vivo!) (2009) e o site institucional da Secretária de Estado de Defesa Social, esta sendo órgão estatal responsável por coordenar e gerenciar as ações do Programa. Observamos que o lazer no Fica Vivo! é visto como ferramenta, instrumento e meio para o acesso e a aproximação do Estado ao público alvo atendido pela política de prevenção social à criminalidade, através da mediação dos oficinairos e a partir da mobilização de saberes nas oficinas. As estratégias discursivas dos documentos institucionais organizam, estruturam, dizem, informam e conduzem de alguma maneira as intervenções na área da segurança pública.

Palavras-Chave: Lazer; Prevenção Social à Criminalidade; Segurança Pública.

ABSTRACT: The criminality social prevention politic of Estado de Minas Gerais through of Program Fica Vivo! offer sports, culture, and leisure in workshops for young people who live in areas that present higher indicate murders in Belo Horizonte city, metropolitan area, and interior of state. The leisure is present in documents and with this, we analyze how the leisure is informed in texts of social prevention politic. Therefore, in documentary research we studied documents like: Plano Estadual de Segurança Pública de Minas Gerais (2003), Metodologia do Programa Controle de Homicídios (Fica Vivo!) (2009) e o site institucional da Secretaria de Estado de Defesa Social, this institution of state is responsible by coordinate and manager actions of Program. We observer that the leisure at Fica Vivo! is view as tool, instrument and middle of the state to access young people that are attended by criminality social prevention politic, through mediation of the workshop teachers and during the knowledge of mobilization in shops. The discourses strategies of the institutionalize documents organize, structure, talk, inform, and conduce interventions in public security area.

Key Words: Leisure; Criminality Social Prevention; Public Security.

Samuel Santos¹

Hélder Ferreira Isayama¹

¹ UFMG

Recebido: 20/09/2013

Aceito: 20/12/2013

Introdução

Desde o ano de 2002, a área da Segurança Pública do Estado de Minas Gerais vem passando por reformulações e estratégias para operar intervenções no campo social, junto aos territórios e populações vulneráveis nesse cenário. Para isso, o Governo operou com uma reforma administrativa e institucionalizou a Secretaria de Estado de Defesa Social (SEDS), criada sob a responsabilidade de gerenciar e produzir o Plano Estadual de Segurança Pública.

Silva¹ considera que o Plano discute além de fatores de proteção social e prevenção à criminalidade, a importância para a economia, ao reduzir os indicadores de violência no território. Isso porque “sua contínua ascensão poderia afetar e impedir investimentos financeiros na capital e no estado” (p. 51). Portanto, houve a tentativa de conceber um planejamento de longo prazo para administrar o que convencionou chamar de segurança pública cidadã².

As ações da política de prevenção visam estabelecer eficiência e inovação dentro da proposta de segurança pública diferenciada, e aciona mecanismos para o desenvolvimento da educação, cultura e qualidade de vida³. Nesse sentido, mobiliza direitos sociais como procedimentos que maximizam possibilidades de proteção social e intervenção estratégica.

Alves⁴ afirma que o objetivo da prevenção social da criminalidade é a diminuição dos fatores de risco, buscando a antecipação das ações, ao propor o entendimento das causas que geram o fenômeno criminal. Segundo Nogueira⁵, trabalhar com a prevenção da violência e da criminalidade exige a produção do acesso à cidade e aos espaços de convivência nos territórios. Para esse autor, na área da segurança, “mais do que conter o tráfico de armas e drogas, as políticas públicas precisam inserir a discussão da cidade em sua agenda” (p.54). Já Silva¹ discute a importância de envolver o reconhecimento dos espaços para a construção de práticas que objetivam o particular e o universal.

A prevenção social pode contribuir no sentido de percebermos e interpretarmos os conflitos sociais, a criminalidade e a violência de outras maneiras e formas. Por isso, vem requerer dos atores que atuam com ela, propostas e posturas de primar pelo alcance do rigor metodológico e valorização da sensibilidade humana⁶.

Nessa discussão, torna-se promissor para o processo de planejamento das propostas de intervenção, a inserção da coletividade e o compartilhamento dos saberes durante a execução da prevenção social nas comunidades atendidas pelos programas políticos. Sendo a prevenção social à criminalidade uma perspectiva de intervenção na área da segurança pública, as propostas de formação e atuação precisam dialogar com o pensamento transversal, interdisciplinar, transdisciplinar e comunitário, caso contrário, poderão reforçar processos de criminalização junto aos programas e propostas empreendidos.

A prevenção social à criminalidade é o que conduz o desenvolvimento do Programa *Fica Vivo!* que, por sua vez, oferece oficinas de esporte, cultura e lazer ao público jovem das regiões que apresentam indicadores elevados

de homicídios na cidade de Belo Horizonte, Região Metropolitana e interior do estado. O objetivo desse estudo foi analisar como o lazer é trabalhado nos textos da política de prevenção social, especificamente no Programa *Fica Vivo!* Considerado no âmbito do direito social, o lazer tem recebido investimentos e ações públicas de distintos campos do conhecimento, inclusive da segurança pública. Por isso, entender como o lazer é tematizado nos textos da política de prevenção social à criminalidade torna-se importante para refletir propostas de formação e intervenção profissional na área.

Materiais e Métodos

Na pesquisa bibliográfica utilizamos a técnica de revisão de literatura a partir do levantamento e análise de estudos que tratam dos temas da segurança pública e lazer. Para auxiliar na aproximação com o objeto e a produção da pesquisa acadêmica sobre o assunto, realizamos um levantamento dos trabalhos defendidos nos Programas de Pós-Graduação do Brasil, utilizando para isso da ferramenta digital do Banco de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior (CAPES)⁷, dos últimos dez anos. Os termos utilizados para a pesquisa nesse banco digital foram: Programa *Fica Vivo!*, Programa de Controle de Homicídios ou Controle de Homicídios.

Desses dados, encontramos três Teses de Doutorado distribuídas nas seguintes áreas, Economia (01); Ciências Sociais (01); Sociologia e Política (01), sendo (02) trabalhos produzidos na (UFMG) e (01) na PUC Minas. Também foram encontradas sete Dissertações de Mestrado distribuídas nas áreas de Administração Pública (1); Economia (01); Educação (02); Geografia (01); Psicologia (02), sendo (05) trabalhos produzidos na (UFMG), (01) na Fundação João Pinheiro (Escola de Governo de Minas Gerais) e (01) na PUC Minas.

Para além dessas ações, elencamos como meta a revisão de literatura do livro “Olhares sobre a prevenção à criminalidade”⁸ e o documento “Prevenção Social à Criminalidade: A Experiência de Minas Gerais”⁹. Essas fontes foram pesquisadas e simultaneamente articuladas à análise, mostrando-se como metodologia na identificação e encaminhamento do objeto estudado. Por isso, a pesquisa documental e bibliográfica viabilizou o encontro de dados produzidos sobre o Programa *Fica Vivo!*, e que se encontravam dispersos e, posteriormente puderam ser reunidos para o exercício de sistematização e aprofundamento da relação lazer e segurança pública.

Contudo, a pesquisa documental consistiu em identificar, reunir e analisar as informações disponibilizadas nos meios digitais e impressos, no site institucional da (SEDS) e nos documentos “Metodologia do Programa Controle de Homicídios (Fica Vivo!)”¹⁰ e “Plano Estadual de Segurança Pública de Minas Gerais”¹¹. Sendo, portanto, as principais fontes investigadas.

Para análise de dados foi utilizada a técnica de análise de conteúdo, reunimos os documentos que informam sobre a política de prevenção social à criminalidade e o

Fica Vivo! e identificamos os trechos textuais que apontam o lazer como proposta de intervenção e objeto de ação das oficinas do Programa. Dialogamos com o referencial teórico levantado no estudo e cruzamos fontes documentais no que diz respeito ao objeto da pesquisa.

Resultados e Discussão

O Programa Controle de Homicídios do Estado de Minas Gerais: Fica Vivo!

Um dos problemas que afetam o processo de formação da política pública para juventude no Estado de Minas Gerais é a ausência dos jovens na formulação da política de prevenção social à criminalidade. Ao investigar documentos que frisam “a participação cidadã no planejamento e execução da política”² (p. 1), “a participação da comunidade e o respeito aos direitos humanos como princípios basilares das ações propostas”² (p. 15), e colocam como inovação a instituição de mecanismos de participação comunitária⁸; observamos que nem sempre isso demonstra a realidade.

Rodrigues¹¹ afirma a não participação da juventude nos processos decisórios na formulação do Programa *Fica Vivo!* Conforme demonstrado também por Silva¹, foi sob a coordenação do Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública (CRISP) da (UFMG) que o projeto piloto do *Fica Vivo!* fôra elaborado. Este contara com ações repressivas e de mobilização social a partir da visão das pessoas que fizeram parte da discussão e, outrora implementado como proposta de intervenção local.

Tomando de partida a experiência da cidade de Boston (EUA) e as pesquisas desenvolvidas pelo (CRISP/UFMG)¹, o projeto piloto proposto às autoridades municipais e estaduais, bem como aos representantes das polícias civil e militar, iniciou com o intuito de mobilizar ações para controle de homicídios no Estado de Minas Gerais¹². De acordo com Beato¹³, o CRISP levantou dados sobre o crescimento acentuado dos homicídios na capital e constituiu um grupo de trabalho para discussão em 2002. Naquela época, já evidenciava a preocupação das autoridades municipais e do próprio Estado com os contornos que a violência juvenil tomara em pontos específicos da cidade de Belo Horizonte, Região Metropolitana e interior do estado.

Nesse contexto, a Fundação João Pinheiro através do Centro de Estudos Econômicos e Sociais somou esforços na área da investigação da criminalidade e da violência em Minas Gerais, contribuindo no levantamento de informações, análise de dados, cenários e problemas que circulavam os espaços das cidades mineiras.

Assim, os grupos de trabalho para construção e discussão do projeto piloto foram compostos, juntando pesquisadores, representantes das polícias civis e militares,

Ministério Público, juízes, técnicos da coordenadoria de Cidadania da Prefeitura de Belo Horizonte e empresários¹⁰. Demonstra-se a não participação de jovens nos processos de concepção e formatação do que seria implantado na capital para esse segmento. “Embora o Estado estivesse representado por policiais... os lugares de onde emergiram as demandas (no caso, as “aflições”) que deram origem ao *Fica Vivo!* são dois: a comunidade acadêmica (através do CRISP) e a administração municipal” (p.229).

Tal fato nos faz concordar com Rodrigues¹⁰, de que ter uma representação da juventude “na administração pública não significa necessariamente que o jovem esteja participando dos processos de formulação e implementação das políticas destinadas a ele” (p.128). Por outro lado, faz pensar que produzir saberes sobre políticas públicas levando em consideração a temática da juventude não significa que os pontos de vistas destes estarão incluídos nas propostas políticas implementadas.

Trabalhar contra a criminalidade urbana e a violência entre os jovens, em Minas Gerais, passou pela busca de romper com a lógica dos homicídios, ao que demandou institucionalizar programas e projetos de intervenção local. Assim, notamos a segurança pública não apenas como um mecanismo repressor e de punição, mas como dispositivo de proteção social (Prevenção Social à Criminalidade) e instrumento para a configuração da cidadania (lazer, esporte e cultura).

Entretanto, na atualidade o campo das políticas públicas tem se preocupado com a tematização da cidadania nos programas e projetos que desenvolvem ações de esporte e lazer para diferentes grupos sociais. Resgatar a cidadania de jovens e crianças é a tônica dos projetos sociais para comunidades pobres e violentas e, segundo Melo¹⁴ é necessário perguntar até que ponto esses sujeitos tiveram ou tem cidadania.

Programas de esporte e lazer selecionados para jovens pobres podem operar no sentido da formação do consenso na coletividade da população, uma vez que a existência de vivências de lazer possibilita a emergência de disputas hegemônicas e conflitos no interior da sociedade¹⁵. Por isso, é cada vez mais importante o cuidado com propostas governamentais inseridas de cima para baixo, sem a participação decisória das camadas populares, pois longe de estarem desorganizadas elas possuem um “modo de vida” com organização própria¹⁶.

Considerar ideias na formulação da política pública em seus múltiplos espaços de tomadas de decisão requer que, estejam presentes os sujeitos que receberão os saberes provenientes das propostas elaboradas. No entanto, não quer dizer que a simples interação entre o poder público e a comunidade na ponta ou, a execução da política e os processos de intervenções locais irão resolver os problemas

¹ Souza[s.d] afirma que a UFMG através do “Departamento de Sociologia e Antropologia vem, desde a década de 1980, pesquisando e formando pessoal especializado na área de criminalidade e segurança pública. Em 1999, como decorrência de um vasto conhecimento adquirido na área, e das demandas sociais que se apresentavam constantemente, foi criado (na UFMG) o CRISP” (p.1).

sociais. É necessário, antes disso, deslocar populações que serão beneficiadas pela política para discussão, fazer com que estejam nos locais de decisão, e possibilitar conhecerem como funciona a lógica sobre as intervenções pensadas e ações elaboradas.

Já que no projeto piloto de controle de homicídios discutiu-se a urgente necessidade de identificar o que mobilizava os jovens a apresentar um comportamento violento, e nesse sentido, foi constatado que, em sua maioria, estavam envolvidos em formas de grupos ou gangues dispostas a provocar mortes¹⁰. Emergem como ação pública propostas para cessar a mortalidade entre os jovens, na região metropolitana de Belo Horizonte e no interior do estado, agregando, com isso, valores para manutenção da vida e não da morte.

Porém, somente em 2003, o projeto piloto foi institucionalizado dentro da Política de Prevenção Social à Criminalidade, e após a promulgação do Decreto 43.334 sua estatização, objetivando a “preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, redução dos índices de criminalidade”¹⁷. Portanto, o Programa *Fica Vivo!* articulou-se a um sistema conectado de ações para a ordem pública da sociedade e seu objetivo agrega:

Reduzir a incidência de homicídios dolosos, mediante ações de prevenção e repressão, nas áreas de risco da Região Metropolitana de Belo Horizonte e em outros municípios do Estado cujos indicadores de criminalidade violenta o justifiquem, contando, para sua execução, com a ação integrada dos executivos federal, estadual e municipal, do Poder Judiciário, do Ministério Público Estadual, bem como das organizações não governamentais de atendimento ou assistência social e da sociedade em geral² (p.2).

Para nós o homicídio é um termo ambíguo. Se por um lado, Belli¹⁸, afirma que é um índice alarmante de violência geral numa sociedade e um dado relevante para municiar a população sobre o grau de insegurança local, por outro, entendemos que faz parte do nome dado ao Programa da Política de Prevenção Social à Criminalidade do Estado de Minas Gerais. Sendo uma das múltiplas manifestações da violência e não apenas um ato criminal contido na legislação penal, o homicídio é empregado num Programa público, onde controlar homicídios denota garantir o direito à vida, estar e ficar vivo como a própria expressão *Fica Vivo!* sugere ou, de permanecer na vida e ao menos viver com a ideia de não estar e não ficar morto. Dito em outras palavras, é sair da noção de morte e chegar à proteção da vida, conhecer a cultura da violência para mover a cultura da paz.

O *Fica Vivo!* visa a garantia de direitos em favor da emancipação cidadã e busca a diminuição concreta da mortalidade juvenil, pelo viés da paz social e a organização comunitária para solução de seus problemas cotidianos⁶. De acordo com Rodrigues¹⁰ (p. 224), procura responder “aos diversos grupos jovens envolvidos em gangues e que não contam com supervisão adequada por parte da população adulta”, entretanto, representa os jovens como grupos de risco, vistos como ameaças.

Este último aspecto é negativo para uma política de

prevenção social à criminalidade que busca diminuir processos de criminalização e para a atuação do profissional que intervém com a juventude no Programa. Necessário é desmistificar tal ideia presente nos documentos e vislumbrar outros olhares sobre os jovens, como ampliar a compreensão de suas capacidades de mudança e mobilização dentro da sociedade.

Os atores envolvidos com as ações no Programa devem considerar os distintos modos de vida dos jovens e suas formas de organização, além de despertar a consciência profissional e crítica, de luta política e de superação dos preconceitos construídos sobre grupos marginalizados, precisam mobilizar possibilidades de diálogos cujas intervenções se processem em diferentes espaços urbanos.

Isso implica aos profissionais compreenderem a criminalização como um fato social, acontecimento histórico que perdura na sociedade ao longo dos tempos, que escolhe classe social, raça, gênero e local de moradia. Concordamos com Wacquant¹⁹ no que considera que a criminalização pode se dar no território onde as populações-problema vivem, em função do reforço negativo das arenas política, social, científica e midiática. Para esse autor, a criminalização está ligada ao olhar lançado em torno de “determinados tipos de crime de rua, isto é, em última instância, sobre as populações despossuídas e desonradas (por status ou origem) que são quem presumidamente perpetram os crimes, sobre o lugar que elas ocupam na cidade” (p.21).

Para a implantação do *Fica Vivo!* nas comunidades faz-se necessário a realização de diagnóstico anual sobre a criminalidade violenta, o recolhimento de informações disponibilizadas pelas Polícias Civil e Militar, a organização dos dados pelo (CRISP/UFGM) e a Fundação João Pinheiro. Esse conjunto de fontes permite definir áreas que serão atendidas pelo Curso de Gestores Locais e fortalecer o estabelecimento de parceria entre instituições sociais e lideranças comunitárias. Também corrobora para a focalização de políticas públicas para grupos específicos, sendo movimento interativo e que busca a participação de gestores, instituições locais e representantes comunitários, permitindo a discussão e elaboração do Plano Local de Prevenção com metas, objetivos, métodos e formas de avaliação⁸ das ações.

O poder público institucionaliza mecanismos para que comunidades percebam o seu dever e direito de participar das ações que vêm sendo elaboradas pelo Estado no contexto das políticas sociais de prevenção local. Padilha²⁰ chama esse tipo de ação de participação coletiva, possibilidade de exercício democrático e canal de comunicação entre as diferentes necessidades e demandas dos cidadãos com a esfera política.

Vale destacar que, embora as ações do Estado na periferia sejam estratégias de aproximação dos problemas pelos quais passam as comunidades, é importante ter clareza de que as políticas não são neutras aos interesses das esferas econômicas, intelectuais, políticas e culturais. Por isso, estar atento às decisões políticas que são elaboradas pelos jogos

de interesses e de redução dos gastos sociais podem gerar acordos e desacordos diversos, permitindo visualidades das propostas desiguais de distribuição de direitos e de promoção da cidadania.

Possibilitando uma dupla proposta de intervenção na dinâmica social, o *Fica Vivo!* conjuga: Intervenção Estratégica e Proteção Social. A primeira visando reprimir e a segunda objetivando prevenir. Assim sendo, o programa procura controlar, prevenir e reduzir homicídios em áreas que concentram indicadores elevados de morte em todo o estado de Minas Gerais.

O grupo de Intervenção Estratégica é composto pelo Ministério Público, Polícias Civil e Militar, Poder Judiciário, representantes de instituições de ensino, pesquisa e extensão e a SEDS, e juntos buscam agir de maneira inteligente¹¹ antes que o crime aconteça. O grupo de Proteção Social¹² é constituído pelos oficinheiros, equipe técnica e a rede de atendimento parceira que, em conjunto, procuram realizar o diálogo permanente com os jovens.

Enquanto o eixo Intervenção Estratégica contempla a articulação dos órgãos de Defesa Social e a repressão qualificada, o eixo Proteção Social visa fortalecer e expandir a rede de atendimento aos jovens, a partir de parcerias com instituições sociais das comunidades, objetivando problematizar questões de segurança pública, dialogar repressões qualificadas, realizar ações de proteção social e atender jovens que se direcionam aos espaços das oficinas de cultura, esporte, lazer e profissionalização ou aos Centros de Prevenção à Criminalidade⁹.

Atuando na chamada prevenção primária, a proteção social oferece centros de referência como instrumentos de intervenção e que permitem aproximação e inclusão de grupos e sujeitos suscetíveis à criminalidade no Estado⁶. Em 2003, foram implantados 11 centros de referência do Programa *Fica Vivo!*, sendo eles inseridos nas seguintes localidades: “Belo Horizonte - aglomerado Morro das Pedras, Barragem Santa Lúcia, Alto Vera Cruz e Cabana; Interior: Contagem, Betim, Santa Luzia, Ribeirão das Neves, Governador Valadares, Montes Claros e Uberlândia”⁷² (p. 42).

Na prática, institucionalizar programas e projetos nos municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), na capital e no interior do Estado fazem proliferar bases locais de prevenção à criminalidade e aumentar os sistemas de vigilância e monitoramento sobre a população. Atualmente, Belo Horizonte e região metropolitana possuem 21 Centros de Prevenção à Criminalidade (CPC,s), sendo 11 na capital e 10 nas cidades do entorno. No interior do estado há mais 06 bases locais, totalizando um quantitativo de 27 centros²¹.

Os Centros dependem da inserção do Grupo Especializado em Policiamento de Áreas de Risco (GEPAR), composto por militares formados para trabalhar em parceria com ações de repressão e prevenção social. Os profissionais do GEPAR buscam a incorporação da filosofia da polícia comunitária e o respeito à pessoa e à promoção dos direitos individuais e coletivos⁶.

Segundo as diretrizes da Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP)²², o policiamento comunitário local deve orientar-se para a solução de problemas cotidianos das comunidades. Por isso, o comportamento do policial deve ser alvo de reconhecimento internacional, como uma atitude mais humana, que rompe com modelos punitivos e repressivos de atuação, em nome de um Estado humanista, que concebe o atendimento de anseios de seus cidadãos.

Destaca-se o Projeto Polícia Comunitária do Estado de Minas², visando eliminar a violência policial ilegal, articular o desmantelamento do crime organizado e da violência entre os jovens. A partir deste, lança-se mão do arcabouço ideológico do Estado, de respeito aos direitos humanos, garantia de direitos básicos para o exercício da cidadania e democracia como centro do Estado de Direito.

Para Ladeira e Rocha²³, mais do que entender o conflito entre os jovens na sua comunidade é imprescindível construir estratégias para firmar parcerias com a comunidade, o que exige o deslocamento dos sentimentos e pensamentos que nos cercam, desvendando a linguagem e a oralidade dos indivíduos, no intuito de romper com as normas legais do ordenamento jurídico. Por isso, valorizar e produzir a circulação da memória coletiva e individual dos jovens, perceber e entender o complexo que constrói a formação da subjetividade juvenil.

Nessa direção, ampliar a rede de proteção social aos jovens, oferecendo espaços para o exercício da cidadania não permite calcular e prever exatamente o que se planeja fazer²³. E mesmo que o planejamento se mostre como instrumento eficaz para as ações desenvolvidas no programa, é preciso considerar a invenção e a criatividade como aliadas na atuação com os jovens. Por isso, planejamento, criatividade e invenção são competências cruciais para as propostas mobilizadas na realidade.

Destaca-se, além disso, criar projetos de circulação na comunidade para o acesso dos jovens ao direito de ir e vir, fazer com que participem de diferentes grupos, momentos de escuta e vivências coletivas. Nesse sentido, os projetos precisam caminhar em ações coletivas e como possibilidades de intervenção de modo indeterminado e de forma horizontal com os sujeitos²³. Requer formato diferenciado e alternativo, que significa mobilizar um profissional ético e comprometido ao mesmo tempo, afim “de dar lugar à irregularidade a que estes jovens são submetidos e se

¹¹ A ideia de maneira inteligente está relacionada ao mapeamento das regiões e de grupos que se formam para que sejam propostas ações repressivas com vistas à diminuição dos grupos que atuam com a violência e com o crime, levando, principalmente, ao controle de homicídios.

¹² São atores do Programa: os oficinheiros (pessoas da comunidade ou profissionais das diferentes áreas de atuação como Educação Física, Artes, Música, Filosofia, Informática, Teatro, etc) e as técnicas sociais (geralmente formadas em Sociologia, Pedagogia, Assistência Social e Psicologia).

submetem” (p. 200).

Segundo dados disponibilizados pelo site institucional da SEDS³, entre 2003 a junho de 2010, aproximadamente 50 mil jovens passaram pelos centros de Prevenção à Criminalidade, sendo oferecidas 660 oficinas voltadas para o esporte, lazer, cultura, comunicação e cursos técnico-profissionalizantes. No entanto, a qualidade das oficinas e atividades desenvolvidas com os jovens não aparecem de modo claro na discussão dessas informações. Não se debate ainda que projetos de esporte, cultura e lazer são oferecidos pelo programa *Fica Vivo!* Sabemos que as oficinas são “espaços para discussão, atuação, troca de conhecimentos e novos aprendizados”¹⁰ (p. 227). São inseridas no entorno dos CPC,s e procuram articular a particularidade dos jovens, os direitos sociais e “a criação de espaços de discussão e resolução de conflitos e rivalidades”⁹ (p. 15).

Embora também sejam vislumbradas como estratégias de aproximação e atendimento aos jovens, as oficinas e seus oficinairos articulam às características das áreas atendidas, tais como “aspectos criminais, culturais, sociais, históricos e geográficos”⁹ (p. 14). Segundo Ladeira e Rocha²³ devem buscar, antes de tudo, a transmissão aos jovens de novas formas de lidar com a violência, valorizando o diálogo e a cultura local.

Acontecendo em locais previamente articulados pelos oficinairos, o *Fica Vivo!* e as instituições locais, as oficinas combinam as relações de concessão do espaço pela rede de atendimento parceira e o trabalho realizado por um responsável diretamente ligado ao grupo de jovens. Os espaços podem ser alugados, bem como emprestados por instituições parceiras, tais como: escolas, associações de moradores, campos de futebol amador, postos de saúde, quadras e ginásios, dentre outros.

As oficinas do Programa *Fica Vivo!* funcionam como ferramenta metodológica, instrumento ou dispositivo de controle e vigilância, espaço para processos de subjetivação, local de invenção de uma mecânica de poder no espaço⁵. Ao deslocar sua análise para o espaço da oficina, local de execução de atividades, o autor afirma que:

As oficinas são aparelhos de verificação. Constituem um espaço excepcional de observação e análise das práticas sociais, suas relações de força, seus mecanismos de poder em sua superfície de afeto e efetuação. São zonas de experiência onde se pode calcular algum efeito. O território e sua produção de subjetividade⁵ (p. 205).

As oficinas trabalham a formação dos jovens no lazer e são mediadoras no processo de encontro entre os sujeitos. Assim, as diferentes manifestações culturais podem permitir momentos para a emancipação humana, o deslocamento de resistências e conflitos de interesses, mas também para manutenção, regulação, ordenamento da situação social e estrutural vigente. Elas podem reproduzir desigualdades, mas também reelaborar caminhos para lutas políticas, sociais e culturais.

Percebemos que as oficinas do *Fica Vivo!* permitem

o encontro com a arte, o esporte, o lazer, o trabalho, a cultura, dentre outras dimensões, e podem estabelecer formas de enfrentar a criminalidade juvenil. Elas podem disseminar os objetivos da política de prevenção social à criminalidade; permitir o aparecimento das demandas ou anseios das juventudes, gerenciar os conflitos que surgem da convivência e mediar as práticas esportivas e culturais.

Sendo as oficinas espaços para funcionar a interlocução de diferentes manifestações culturais que procuram cruzar o campo da segurança pública e as demais áreas do conhecimento, vemos nelas instrumentos de desenvolvimento de valores, lugares e tempos para produção de saberes e práticas que fomentam processos de subjetivação e estruturação de identidades. Nesse contexto, profissionais de Educação Física vêm contribuindo com ações no âmbito do lazer dos jovens. Presente nos documentos que fundamentam e orientam o programa *Fica Vivo!* e a política de prevenção social à criminalidade está o lazer.

O Lazer no Programa Fica Vivo!

Os documentos do *Fica Vivo!* consideram que o lazer é um dos elementos a ser desenvolvido no intuito de ampliar a acessibilidade dos jovens a esse direito social garantido pela Constituição de 1988. Um dos objetivos específicos das oficinas de atendimento do Programa é, “garantir aos jovens o acesso ao esporte, lazer, cultura e formação profissional”⁹ (p. 15).

Abordado em articulação com outros direitos e como campo importante para diminuição dos fatores de risco e aumento da proteção social aos indivíduos, o lazer contribui para fortalecer e impulsionar a concepção de segurança pública de prevenção social à criminalidade, pautada no aprimoramento da cidadania e no afastamento de parte da juventude das favelas da criminalidade urbana, com a oferta conjunta de ações públicas, “suporte social e oportunidades de profissionalização, bem como lazer, educação e cultura aos jovens, inclusive nas questões relativas à comunicação com esse segmento”² (p. 41).

Levantando a importância de ampliar a rede de proteção social e garantir o acesso aos direitos de cidadania para enfrentamento da violência nos territórios locais, o lazer aparece dentro do programa articulado a setores diversos, como trabalho, educação, cultura e comunicação social, nesse último, intervindo como meio do diálogo do Estado com as juventudes.

Porém, essas interações do lazer com a segurança pública não querem dizer que, numa política de prevenção social o lazer irá salvar os jovens do envolvimento com as drogas e diminuir a criminalidade entre as gangues. O que parece claro é que esporte, lazer e cultura são estratégias políticas e podem fortalecer a adesão dos jovens as propostas do programa e às novas formas de lidar com a violência, favorecendo a reconstrução de espaços diferenciados de diálogo e administração dos conflitos. Acreditamos que em cada um desses campos de intervenção existem regras e metodologias que possibilitam a organização dos corpos

e dos comportamentos, mas também a emergência e a valorização de modos de ser das juventudes.

Apesar de inúmeras propostas de esporte e lazer se juntarem aos programas sociais, tendo como base afastar jovens em conflito com a lei ou inseridos no mundo do crime e dos processos de marginalidade, segundo Melo¹⁴, tais iniciativas vem, muitas vezes, reforçar a ideia da promoção da cidadania, do resgate das crianças e adolescentes das ruas e da ampliação de ações contra a delinquência juvenil.

Mas, longe de querer evocar a transposição direta entre lazer, esporte e melhoria da qualidade de vida, ressaltamos o cuidado com visões que estabelecem correlação de causa e efeito, ou seja, de que o aumento da oferta de esporte e lazer pautados na promoção da cidadania, por si só, melhoram as condições de vida das pessoas ao ponto de afastá-las dos problemas cotidianos e sociais.

Sendo a cidadania um componente de constituição do imaginário social e da formação de consensos, ela está presente nos textos políticos, na conformação de novos modismos, e quando esvaziada do debate democrático e participativo, o viés da cidadania oculta posturas críticas contra a sociedade neoliberal¹⁴. Abordar a cidadania exige que olhemos as lutas políticas e históricas travadas pelos diferentes sujeitos, assim como as barreiras e desafios encontradas pelos grupos excluídos nas práticas, atividades e equipamentos de lazer.

Ao que parece pontual, a necessidade de novos estudos que façam relações entre a proteção social, o lazer e a cidadania no âmbito das políticas públicas brasileiras, uma vez que a produção de políticas de lazer envolvem aspectos como, direitos, cidadania, tempo, espaço, sujeitos participantes, recursos humanos, currículos, materiais, metodologias e propostas de formação de mentalidades e corpos.

Werneck²⁴ considera pensarmos que não é apenas por ser um polo mercadológico promissor e setor dinâmico da economia mundial no século XXI, que o lazer é visto de modo positivo pela sociedade contemporânea. Compartilhamos com a ideia de que ao oferecer para os indivíduos o conhecimento de si mesmo²⁵ e contribuir para a tomada de consciência, o lazer torna-se um tempo espaço indispensável na vida cotidiana, ramo do saber que faz pensar, contrapondo o trabalho alienado e o consumo acrítico da indústria do entretenimento.

Conectado ao âmbito dos direitos sociais, o lazer cresce em dimensões e amplitudes, por ser uma área do conhecimento que corresponde aos anseios de diminuição da violência nos espaços das cidades e às demandas de aprimoramento dos serviços de proteção social. Envolto ao lazer estão projetos de sociedade, posturas conservadoras, de esquerda, visões democráticas, liberais, marxistas, fenomenológicas, positivas, dentre outras.

Padilha²⁰ trata o lazer como fenômeno social e de

potencial transformador, porém, ao mesmo tempo em que influencia é influenciado pela sociedade que o gerou e o gerencia. Ele pode estar envolvido em diversas secretarias de governo, na vida urbana, rural, no esporte, na cultura, na educação e inclusive com a segurança^{IV}. Imaginar que o lazer salvará a humanidade é um equívoco, já que, para ela:

A solução para a violência urbana estaria na resolução definitiva das injustiças sociais e na eliminação das várias formas de heteronomia que existem em nossas sociedades e que oprimem o ser humano, roubando-lhe o poder de decisão, a criatividade e a autonomia responsável. O lazer é, então, uma das alternativas, mas não deve ser glorificado e visto como a solução dos problemas sociais. Enquanto a sociedade for desigual, o lazer será, também, reflexo dessa desigualdade²⁰ (p. 41).

O lazer é contraditório como é a própria vida e a sociedade; se pode de alguma maneira humanizar, educar e promover a paz, também pode desumanizar, deseducar e promover a violência. Por isso, nas relações sociais, pode tanto reforçar uma sociedade autoritária e desigual quanto despertar a transformação dos valores para uma sociedade democrática e igualitária. Cremos que o lazer tem o potencial de aguçar nos sujeitos a consciência crítica e a capacidade de tomada de decisões, interferindo, com isso, no campo político, econômico e social.

Tal fato faz perceber o direito ao lazer colocado como discurso na esfera global e local, no setor público e privado, nas comunidades e sociedades, nos debates políticos, nas propagandas comerciais, nas ações de professores, alunos e pessoas comuns, entre outras instâncias de relacionamento, informação e comunicação. No Plano Estadual de Segurança Pública de Minas Gerais, o lazer é uma possibilidade de formação e intervenção nos espaços sociais das comunidades, em locais onde:

O aumento da criminalidade violenta é um fenômeno que vem se intensificando principalmente nos grandes aglomerados urbanos - áreas de urbanização precária e desordenada caracterizadas pelo desemprego e outras carências generalizadas (higiene, assistência médica, educação, habitação, alimentação e lazer dignos)² (p. 40).

Nesse ponto, as autoridades políticas consideram que o fenômeno da criminalidade é maximizado na medida em que os espaços se apresentam com baixos investimentos em educação, saúde, saneamento básico, moradia, alimentação e lazer. Embora outros fatores estejam presentes para a ocorrência de crimes, não devemos negligenciar os apontamentos acima. No entanto, conferir à ausência de ações públicas a centralidade pelo aumento no número de crimes pode soar como equívoco e localizar determinadamente espaços e sujeitos como

¹⁴ Segundo Souza (2006), a segurança é um fenômeno social relacionado a outras esferas sociais, podendo agregar áreas de intervenção e estudo. Além disso, a segurança é uma área interdisciplinar que considera estudos e pesquisas dos campos do conhecimento, tradicionalmente da saúde pública e das ciências sociais e humanas.

^V A discursividade é aqui considerada como a ampliação do discurso, seja ele político, midiático, científico ou artístico, no sentido de focalizar o olhar sobre determinadas atividades sociais e culturais, lançando ideias de negação ou aprovação de valores, comportamentos, condutas e modos de vida.

protagonistas da violência urbana um ato de discursividade^V, o que pode criar no imaginário social a imagem de que espaços degradados e com baixos investimentos públicos são perigosos e os locais bem cuidados são seguros, não possuindo nenhuma ligação com a criminalidade.

Nesse processo está inserido o lazer, perpassando os tempos e espaços de conflitos existentes nos múltiplos ambientes sociais. Segundo Melo¹⁵ “as disputas de hegemonia entre as classes sociais e suas frações também se manifestam na existência de possibilidades diversas de vivências de lazer” (p. 93). Essas últimas podem ser selecionadas a partir das classes sociais, porém os lazeres se misturam e as manifestações culturais se interpenetram nos desejos e identidades, demonstrando que a categoria classe social não garante reunir as múltiplas práticas de lazer, modificadas cada vez mais pela profusão das “identidades culturais”²⁶.

Com isso, vemos, a cada dia, variados campos profissionais e áreas do conhecimento destacar o lazer como objeto de estudo e atuação, o mesmo cresce juntamente com a ampliação dos direitos de cidadania, o aumento da violência e a sensação de insegurança nos espaços urbanos, as altas taxas de desocupação nas cidades e o contraditório aumento/diminuição do tempo livre numa época de massificação das tecnologias da informação e comunicação em praticamente todas as dimensões da vida.

Dentro desse quadro, complexo, fica demarcado, que é devido ao fato da ocorrência, registro e diagnóstico do aumento da violência e da criminalidade urbana protagonizada por jovens, que o *Fica Vivo!* vem sendo praticado como Programa da política de prevenção social à criminalidade e destinado aos jovens com idade entre 12 a 24 anos. Ao assumir a proteção social, a repressão e a redução da mortalidade entre os jovens, segurança pública e lazer estabelecem conexões em tal política, pois narram os documentos: “nesse contexto de intensa vitimização surgiu o Projeto Controle de Homicídios, com sua experiência piloto na região do Morro das Pedras, visando à diminuição da ocorrência dessa categoria de criminalidade”²² (p. 41). Entretanto, é preciso averiguar em que medida os profissionais do lazer estão de acordo ou em desacordo com a inserção do mesmo no campo da segurança pública.

Estudos de Melo^{14 15} destacam projetos sociais de esporte e lazer público para juventudes projetados na salvação, controle e como analgésico social. Termos do tipo “inclusão social” e “formação cidadã” são empregados como redenção das juventudes pobres nesses projetos, e buscam a retomada da ordem social pelo Estado. Emergindo contra a criminalidade e a violência os projetos de esporte e lazer são construídos na “perspectiva salvacionista” e vistos como responsáveis diretos pela diminuição das rivalidades no próprio território das violências. Ademais, ao objetivarem a paz social, muitas ações públicas de esporte e lazer se processam para estruturar atividades permitidas, lícitas e consideradas civilizadas no interior da sociedade.

O *Fica Vivo!* atua na prevenção primária e procura agir na comunidade antes que o crime aconteça, propõe

intervenções coletivas de esporte, cultura, lazer e cidadania. Reforça ainda, a prevenção pela arte e pelo esporte, por meio dos projetos institucionais que mobiliza, sendo eles: a exposição ou mostra de grafite e os jogos esportivos materializados nas olimpíadas do Programa. “Voltados para os jovens atendidos objetivam promover o acesso dos jovens à cidade, através de ações que viabilizam a circulação dos mesmos por espaços diversos”⁹ (p. 18). Todavia, a ideia de circulação na cidade se restringe a uma programação reduzida (uma vez ao ano) e pensada de cima para baixo, a partir da diretoria do programa e da empresa que ganha o processo licitatório para realização desses projetos.

Em face disto, temos ainda que o acesso à cidade é uma tarefa difícil e complexa de ser praticada. De acordo com Couto e Silva²⁷, há uma estrutura desigual de distribuição dos equipamentos e serviços públicos de lazer e cultura na periferia da cidade de Belo Horizonte, estando os equipamentos de teatro, museus e bibliotecas centralizados na região sul da capital, lugar demarcado como território da elite, e os campos de futebol amador nas bordas da cidade.

Trata-se, portanto, de pensar em estratégias de circulação e democratização de acesso à cidade, sendo necessário descentralizar e materializar novos espaços na periferia, desconstruir no imaginário dos jovens e das políticas públicas, que os equipamentos culturais e de lazer não dependem unicamente do nível de abstração para serem frequentados. Assim, acreditamos nas apropriações dos saberes realizados em diferentes formas e processos, podendo gerar novos conhecimentos.

Produzir políticas públicas de lazer destinando conteúdos padronizados para determinados grupos é restringir o olhar sobre a importância da circularidade da cultura, sobretudo tratando-se de democratização das artes, literatura e história. Dizer que as oficinas de atendimento aos jovens têm como objetivos específicos garantir-lhes o acesso e direito ao lazer e a circulação na cidade⁹ não são suficientes, ainda mais quando o lazer, o esporte e a cultura encontram-se circunscritos a alguns poucos espaços da cidade e com programações estanques (oficinas nas comunidades, olimpíadas do *Fica Vivo!* e Mostra Cultural).

Transformar o olhar dos jovens sobre o mundo, não passa, somente pela oportunidade de frequência e prática do lazer nas oficinas, informar o número de atendimentos e as modalidades oferecidas no programa não diz da realidade das mesmas, assim como não falam se elas estão intervindo de modo qualitativo nas maneiras dos jovens pensar. O que denota que praticar oficinas e olimpíadas e vivenciar mostras culturais não significa despertá-los a entender, de forma crítica, a realidade.

Marcellino²⁸ afirma que entender o lazer como atividade, reduz seu potencial de transformação da realidade social. Propõe que o lazer deveria ser entendido pelos diferentes setores como possibilidade de intervenções políticas e de superação das “barreiras interclasses sociais: econômicas, sociais, de instrução e intraclasses sociais: faixa etária, gênero, violência, acesso a espaços e equipamentos,

estereótipos e outras” (p. 76). Como componente essencial da manifestação e criatividade humana, “não é possível entender o lazer isoladamente, sem relação com outras esferas da vida social. Ele influencia e é influenciado por outras áreas de atuação, numa relação dinâmica”²⁹ (p. 14). Não entender essas questões e instrumentalizar o profissional que atuará no âmbito do lazer, pode gerar o tecnicismo pedagógico tão comum no campo, segundo autores como Marcellino²⁸ e Isayama³⁰.

O lazer aparece destacado no *Fica Vivo!* pelo conhecimento específico dos oficinairos⁹, os saberes mobilizados e as estratégias de condução do trabalho destes com os jovens nas oficinas, e assim, permite pensarmos investigações sobre os saberes da trajetória de vida, acadêmica, profissional e comunitária destes atores.

O trabalho dos oficinairos do programa *Fica Vivo!* é uma ação que precisa ser incentivada dentro da política de prevenção social à criminalidade e, nesse contexto, valorizar seus saberes e intervenção. Torna-se relevante identificar as dificuldades de socializar e construir estratégias de condução do trabalho no tempo e espaço de lazer dos jovens, sobretudo nos contextos de risco social, violência, criminalidade, miséria e em situações de conflitos entre gangues rivais. O compromisso com a formação profissional dos oficinairos pode ser interessante se visar transformações sociais e democráticas, ideias estas que sustentarão mudanças na segurança pública, nas práticas de lazer no Programa *Fica Vivo!* e nos documentos da política de prevenção social à criminalidade.

No âmbito da proteção social, o lazer interconecta com intervenções escolhidas e direcionadas para grupos específicos, entrelaça com a perspectiva de resolução dos conflitos comunitários e às mediações pacíficas para solução de problemas. Assim, o lazer se encontra diante de:

Abordagens voltadas a indivíduos que compõem os chamados grupos de risco. Ex.: orientação sobre criação de filhos a pais celibatários de baixa renda, ações voltadas para locais e fontes de conflito dentro da comunidade, lazer, esquemas de mediação de conflitos, oferta de oportunidades para grupos de risco, etc² (p. 42).

Na política de prevenção à criminalidade, o jovem é visto como um grupo ou segmento de risco, representado como um ator que produz e provoca problemas na sociedade, estando diretamente envolvido com atos que levam aos homicídios. E assim, é imaginado dentro de uma visão política, de certa forma, preconceituosa e reprodutora de estigmas. Nogueira³¹ afirma que ao reforçar a existência de um programa de controle de homicídios para atender jovens engajados na criminalidade, propaga-se o discurso dos mesmos como grupo perigoso e propenso a cometer atos criminais.

O Plano Estadual destaca a necessidade de intervenção escolhida cuja ação seleciona a quem deve ser focalizada e destinada às orientações. O lazer é visto como uma ferramenta de ação para a prevenção, destinado aos grupos

de riscos, jovens teorizados e imaginados como principal segmento agressor e gerador de violência na cena urbana contemporânea.

É presente a ideia de “ocupação dos espaços ociosos”³², o que denota o pensamento sobre o ócio em nossa sociedade. O ócio ao mesmo tempo em que é tido como espaço e tempo para construção de mentalidades ativas, por meio de processos educativos e socializadores como esporte, cultura e lazer, também é visto pela política como lugar propício ao aparecimento de crimes e atividades marginais. O que demonstra a ambiguidade do lazer na realidade brasileira.

No Brasil, historicamente, os Estudos do Lazer têm analisado diferentes experiências demonstrando que a ocupação do tempo livre de crianças e jovens com “atividades lúdicas organizadas”, “lazer planejados” e “esportes dirigidos” distanciam ou adiam o envolvimento deles com as drogas e a criminalidade. Apesar das experiências serem importantes, colaboram pouco para a superação das injustiças sociais e, segundo Padilha²⁰, são medidas paliativas contra o fenômeno da violência e se aproximam de concepções funcionalistas de lazer discutidas por Marcellino³².

A partir da década de 1990 em cidades como São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte projetos sociais para crianças e adolescentes foram implantados pela Polícia Militar, através da filosofia do policiamento comunitário e com o intuito da criação dos Conselhos Comunitários de Segurança Pública (CONSEP). Em parcerias com institutos, associações e lideranças comunitárias as atividades contemplavam práticas esportivas, culturais e educacionais destinadas ao controle da criminalidade e o afastamento do público atendido do tráfico de drogas³³. Para o autor:

Em 2005, somente no município de Belo Horizonte existiam aproximadamente 60 projetos distintos direcionados para a juventude em comunidades pauperizadas e executados por ONGs. Tais projetos têm em comum a ausência ou, quando muito, a participação marginal do poder público e visam basicamente a promover a inserção social de jovens em situação de risco social, evitando assim sua adesão ao mundo do tráfico de drogas e da criminalidade em geral³³ (p. 120).

A participação do poder público na esfera local pode ser uma forma de operar com as populações consideradas de risco social, ao inserir dispositivos de segurança, vigilância e práticas culturais. Nessa ótica, a população torna-se objeto de intervenção do governo que institucionaliza saberes e produz gerenciamento de práticas a partir também do lazer. O Programa *Fica Vivo!*, longe de neutralidade, aciona ações preventivas para grupos alvo e mergulhadas em diferentes práticas culturais:

Intervenções gerais – abordagens voltadas para toda a população independente do risco individual: campanhas na mídia contra a violência, programas de prevenção da violência na escola, estímulo a práticas pessoais preventivas contra a violência, aumento da vigilância nas comunidades, planejamento do ambiente local, programas de educação e socialização, aumento dos riscos e redução das recompensas do crime² (p. 42).

No programa analisado, coexistem processos de socialização, mobilização e produção de saberes, os documentos textuais da política são enunciativos e orientadores, abordam as pessoas em dispositivos de segurança, estes visando formar subjetividades em múltiplos campos do conhecimento e nas dimensões da vida social, inclusive nas práticas cotidianas de lazer. Portanto, os saberes sobre o lazer se interconectam aos espaços, tempos, territórios, sujeitos, documentos e práticas políticas que se encontram disponíveis, dispersas e a procura de capturar a sensibilidade dos jovens dos aglomerados urbanos.

Conclusão

As transformações no tempo, espaço e sujeitos são elementos essenciais para a compreensão do fenômeno lazer, e qualquer leitura ou proposta simplificadora de buscar uma definição conceitual seria um tanto quanto incoerente com a interdisciplinaridade que o campo possibilita. Contudo, pensar lazer, juventude e criminalidade violenta requer ampliar os olhares e dialogar com outras áreas do conhecimento.

A aproximação entre lazer e segurança pública pode ser produtiva se a qualificação, a excelência, a universalização e a participação democrática forem princípios exequíveis no contexto do programa. Além disso, se a circularidade cultural e a preocupação material de ampliação dos espaços forem metas tanto para a prática do lazer dos jovens quanto para a formação de novos quadros profissionais.

No plano político ideológico e pragmático do Estado, está claro que o lazer incorpora e veicula concepções de mundo, pessoas, grupos e nações, ou seja, as práticas de lazer

agregam a manutenção da situação social vigente, embora também suscitem concepções de igualdade social entre os cidadãos. Dentro desse quadro, é evidente que a formação da consciência jovem, profissional e coletiva está conectada aos fatores políticos, econômicos, culturais e sociais.

Se de um lado, o lazer é tematizado na política de prevenção social ao crime como direito de cidadania e campo promissor para o incentivo da circulação dos jovens na comunidade local e espaços da cidade, por outro, a participação dos jovens na comunidade onde moram estão sendo limitados, pela dinâmica criminal e a própria estrutura de distribuição desigual dos equipamentos e serviços públicos de lazer nos territórios da cidade.

O lazer se faz presente na política de segurança, no agenciamento público e na incorporação por parte dos profissionais de diferentes ramos dos saberes. Todavia, isso não garante a capacidade intrínseca do mesmo, em despertar nos sujeitos conhecimentos que conduzam à transformação social e a crítica à sociedade atual.

O *Fica Vivo!* precisa mobilizar no seu quadro de atores saberes que transformem os sujeitos da atuação e os receptores da intervenção, ao ponto de desenvolverem juntos conhecimentos para a construção de uma sociedade com condições dignas de trabalho, lazer, educação, cultura e segurança.

Finalmente, o lazer no Programa *Fica Vivo!* é visto como ferramenta, instrumento e meio para o acesso e a aproximação do Estado ao público alvo atendido pela política de prevenção social à criminalidade, através da mediação dos oficinas e a partir da mobilização de saberes nas oficinas. As estratégias discursivas dos documentos institucionais organizam, estruturam, dizem, informam e conduzem de alguma maneira as intervenções na área da segurança pública.

Referências

- ¹ SILVA, M. D. Vida e Morte na Beira Linha: Um Estudo Sobre Formas de Convivência e Regulação. 2008. 90 f. Dissertação [Mestrado em Psicologia] – Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.
- ² MINAS GERAIS. Plano Estadual de Segurança Pública do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte: Minas Gerais, 2003.
- ³ MINAS GERAIS. SEDS. Prevenção: Coordenadoria de Prevenção à Criminalidade (CEPEC). [Documento da Internet] Disponível em: < https://www.seds.mg.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=27&Itemid=167>. Acesso em: [2012 dez. 15].
- ⁴ ALVES, M. C. Programas de Prevenção à Criminalidade: dos processos sociais à inovação da política pública. 2008. 186 f. Dissertação [Mestrado em Administração Pública] – Fundação João Pinheiro – Escola de Governo, Belo Horizonte, 2008.
- ⁵ NOGUEIRA, M. O. M. Processos de subjetivação e controle: Alcances e limites de uma intervenção. In: OLIVIERA, K. B.; OLIVIERA, G. G. Olhares sobre a prevenção à criminalidade. Belo Horizonte: Instituto Elo, 2009. pp.205-211.
- ⁶ LEITE, F. Sistema penal, segurança pública e prevenção social à criminalidade. In: OLIVEIRA, K. B.; OLIVEIRA, G. G. Olhares sobre a prevenção à criminalidade. Belo Horizonte: Instituto Elo, 2009. pp.115-123.
- ⁷ BANCO DE TESES. [Documento da Internet] Disponível em: < <http://www.capes.gov.br/servicos/banco-de-teses>>. Acesso em: [2012 dez. 01]
- ⁸ OLIVEIRA, K. B.; OLIVEIRA, G. G. Olhares sobre a prevenção à criminalidade. Belo Horizonte: Instituto Elo, 2009.
- ⁹ MINAS GERAIS. Prevenção Social à Criminalidade: A Experiência de Minas Gerais. Belo Horizonte: SEDS, dezembro, 2009.
- ¹⁰ MINAS GERAIS. Programa de Controle de Homicídios: Metodologia. Belo Horizonte: SEDS, julho, 2009.
- ¹¹ RODRIGUES, H. B. S. Políticas Públicas para a Juventude e Gestão Local no Brasil: Agenda, Desenho, Implementação. 2009. 327 f. Tese [Doutorado em Ciências Sociais] – Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.
- ¹² SOUZA, R. S. R. Apresentando o CRISP. [Artigo na Internet] Disponível em: < <http://www.crisp.ufmg.br/arquivos/apresentacao/apresentacao.pdf>> Acesso em: [2011, abr. 15].
- ¹³ BEATO, F. C. C. O problema dos homicídios em Belo Horizonte. Revista Brasileira de Ciências Criminas, São Paulo, v.11, n.42, pp.345-350, jan./mar. 2003.
- ¹⁴ MELO, M. P. Lazer, Esporte e Cidadania: debatendo a nova moda do momento. Revista Movimento, Porto Alegre, v.10, n.2, pp. 105-122, maio/agosto, 2004.
- ¹⁵ MELO, M. P. A Vila Olímpica da Maré e as Políticas Públicas de Esporte no Rio de Janeiro: Um debate sobre a relação lazer, esporte e escola. Revista Movimento, Porto Alegre, v.11, n.3, pp. 89-116, setembro/dezembro, 2005.
- ¹⁶ WILLIAMS, R. Cultura e Sociedade: 1780-1950. São Paulo: Nacional, 1969.
- ¹⁷ MINAS GERAIS. SEDS. Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo! [Texto na internet] Disponível em: < https://www.seds.mg.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=283&Itemid=117>. Acesso em: [2011 fev. 13].
- ¹⁸ BELLI, B. Tolerância Zero e Democracia no Brasil: visões da segurança pública na década de 1990. São Paulo: Perspectiva, 2004.
- ¹⁹ WACQUANT, L. Ordenamento a insegurança: Polarização social e recrudescimento punitivo. Tradução: Cíntia França Ribeiro. In: OLIVEIRA, K. B.; OLIVEIRA, G. G. Olhares sobre a prevenção à criminalidade. Belo Horizonte: Instituto Elo, 2009. pp. 19-34.
- ²⁰ PADILHA, V. Urbanidade, violência e lazer: uma abordagem sociológica crítica. Revista Cínergis. Santa Cruz do Sul. vol 3, n. 2. p. 21-42. jul./dez. 2002

- ²¹ MINAS GERAIS. SEDS. Notícias: Novo Centro de Prevenção é inaugurado em Belo Horizonte. [Texto na internet] Disponível em: <https://www.seds.mg.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=2148&Itemid=71>. Acesso em: [2013 mar. 14].
- ²² BRASÍLIA, Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP). Guia para Prevenção do Crime e da Violência nos Municípios. 2005.
- ²³ LADEIRA, J. A.; ROCHA, R. L. S. Plano B. In: OLIVEIRA, K. B.; OLIVEIRA, G. G. Olhares sobre a prevenção à criminalidade. Belo Horizonte: Instituto Elo, 2009. pp.195-201.
- ²⁴ WERNECK, C. L. G. Lazer e Mercado: Panorama Atual e Implicações na Sociedade Brasileira. WERNECK, C. L. G.; STOPPA, E. A.; ISAYAMA, H. F. Lazer e Mercado. Campinas: Papirus, 2001. Cap. 1, pp.13-44.
- ²⁵ GOLDMANN, L. Ciências Humanas e Filosofia: Que é a Sociologia? 4ª ed. São Paulo: DIFEL, 1974. Tradução de Lupe Cotrim Garaude e José Arthur Giannotti.
- ²⁶ HALL, S. Identidades Culturais na Pós-Modernidade. 11ª ed. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2006.
- ²⁷ COUTO, A. C. P.; DA SILVA, R. F. As cidades modernas e a centralização dos equipamentos de lazer: O caso de Belo Horizonte no Brasil. Anais do III Congresso Internacional em Estudos Culturais: “Ócio, Lazer e Tempo Livre nas Culturas Contemporâneas”. Aveiro, Portugal, jan. 2013.
- ²⁸ MARCELLINO, N. C. A relação teoria e prática na formação profissional em lazer. (Org.) ISAYAMA, H. F. Lazer em Estudo: Currículo e Formação Profissional. Campinas: Papirus, 2010a. pp. 50-86.
- ²⁹ MARCELLINO, N. C. Estudos do Lazer: Uma Introdução. 4ª ed. Campinas: Autores Associados, 2006.
- ³⁰ ISAYAMA, H. F. Formação Profissional no Âmbito do Lazer: Desafios e Perspectivas. In: ISAYAMA, H. F. (Org.). Lazer em Estudo: Currículo e Formação Profissional. Campinas: Papirus, 2010a. pp. 9-25.
- ³¹ NOGUEIRA, M. O. M. A mente é a arma, a voz é a bala: Problematizando o Programa Fica Vivo! como produtor de controle, normalizações e possíveis invenções de modos de vida. 2011. 125 f. Dissertação [Mestrado em Psicologia] – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.
- ³² MARCELLINO, N. C. Lazer e Educação. 11ª ed. Campinas: Papirus, 2004.
- ³³ SAPORI, Luis Flávio. Segurança Pública no Brasil: Desafios e Perspectivas. Rio de Janeiro: FGV, 2007.